

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Movimento Class.: Pacto Amazônico
Data 05.12.77 Pg.: 14 19

O pacto dos desconfiados

Um pacto amazônico, proposto pelo Brasil, eliminaria a possibilidade futura de surgirem problemas de aproveitamento dos rios, como ocorre atualmente entre Brasil e Argentina

Jaime Sautchuk

Durante três dias, na semana passada, representantes de oito países (1) se reuniram no Itamaraty para discutir a proposta brasileira de criação do Pacto Amazônico. No final, uma lacônica nota conjunta definia o encontro como sendo uma "cordial troca de informações e pontos de vista". O que se constatou, porém, é que os sete países que aceitaram o convite para virem conversar em Brasília, embora aceitando em princípio a idéia brasileira, não esconderam suspeitas quanto às intenções que poderiam estar por detrás da proposta.

A primeira questão a acirrar o debate foi a da expressão "integração física", utilizada pelo Brasil no artigo VII do seu anteprojeto (2). As suspeitas quanto à expressão foram levantadas principalmente pelos representantes do Peru e Bolívia, embaixadores Hubert Wieland e Willy Vargas, respectivamente. Ambos defenderam esperar o Pacto um mecanismo de cooperação e não de integração como pretendia o Itamaraty. Boa parte do segundo dia da reunião foi dedicada a esta questão. Posteriormente, o porta-voz da chancelaria brasileira admitiu, meio evasivamente, que o Brasil estaria aceitando mudar a expressão para "cooperação física", o que no entanto, parece não ter sido definido na reunião.

Basicamente, o anteprojeto brasileiro pretende criar um mecanismo para promover "um desenvolvimento integrado" dos meios de comunicações existentes ou a serem implantados na região Amazônica. Não se trata, pois, de um acordo de cooperação econômica, mas sim, segundo os diplomatas brasileiros, de um acordo que coordenaria a criação de uma infra-estrutura regional e o aproveitamento dos recursos naturais da região, especialmente os hídricos. No seu artigo quinto, por exemplo, lê-se: "Nos rios internacionais contíguos, sendo a soberania compartilhada, qualquer aproveitamento agrícola ou industrial de suas águas deverá ser precedido de um acordo bilateral entre os países ribeirinhos."

Pretensões hegemônicas?

O Brasil propôs, também, que haja maior cooperação no campo da ciência e tecnologia entre os países membros da "comunidade amazônica", "com o propósito de criar condições mais adequadas para a aceleração do desenvolvimento econômico e social da região".

Trata-se, portanto, de uma resposta ampla que, caso o Pacto venha a se concretizar, representará um mecanismo para servir de diretriz para acordos bi ou multilaterais que venham a ser assinados no futuro.

Mas o que teria levado o Brasil a fazer tal proposta a seus vizinhos da Amazônia? O primeiro ponto normalmente levantado pelos diplomatas brasileiros é o de que o Pacto eliminaria a possibilidade de, no futuro, surgirem novos problemas como o do aproveitamento do Rio Paraná, que tem gerado grandes polêmicas entre Brasil e Argentina.

A criação de canais para exportação da produção industrial brasileira (especialmente a do Distrito Industrial de Manaus) e de uma infra-estrutura que facilite a exploração dos recursos naturais da Amazônia são, contudo, os dois principais objetivos da proposta brasileira. Isto, de certa forma, justificaria a cautela com que os países vizinhos entraram na questão, embora todos tenham até agora manifestado o propósito de discutir a idéia e levá-la adiante.

Pelo que se pôde perceber nas discussões sobre o artigo oitavo do anteprojeto brasileiro, a preocupação levantada por alguns membros em potencial do Pacto é quanto a possíveis pretensões hegemônicas por parte do Brasil. Embora nenhum deles tenha dito isso claramente em público, principalmente porque, na reunião, foi feito um acordo de que quem falaria à imprensa seria apenas o Itamaraty.

Os poucos resultados da reunião da semana passada parecem mostrar que as coisas não estão andando do jeito que o Itamaraty esperava, embora os diplomatas brasileiros coloquem como fator predominante o da aceitação, por parte de todos os países consultados, da idéia geral proposta pelo Brasil.

Um possível inimigo comum

É que os diplomatas brasileiros envolvidos na questão esperavam que logo na primeira reunião se chegasse a uma conclusão a respeito do anteprojeto. Isto, entretanto, não ocorreu. O máximo que parece ter sido conseguido foi marcar uma nova reunião para o primeiro trimestre do ano que vem, também com o objetivo de definir o esboço do Pacto.

As divergências maiores, porém, parecem ainda es-

tares pela frente. Por exemplo, a coordenação predominante na Guiana sobre a exploração da Amazônia é bastante diferente da brasileira (3) e há conflitos sobre questões fronteiriças entre vários países da região (4).

Do lado brasileiro, outro fato importante a ser notado é o de que, no que se refere às exportações de mercadorias aos países vizinhos, o Pacto viria a favorecer, em primeiro lugar as empresas estrangeiras estabelecidas na área da Zona Franca de Manaus (como a Sharp, Blaupunkt, Soni, Honda e etc.) com os incentivos fiscais do governo brasileiro.

Há, por fim, a questão estratégica. De parte do Brasil é amplamente conhecida a preocupação no sentido de uma ocupação mais efetiva da Amazônia, em termos militares. Fala-se, inclusive na criação do 5º Exército, que teria seu QG em Manaus. O papel do Pacto neste caso seria o de facilitar uma possível ação conjunta quando os Estados da região se sentirem ameaçados por algum inimigo comum.

(1) - Eles são: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

(2) - Este artigo diz: "As partes contratantes reconhecem que a integração física da região amazônica, mediante o estabelecimento de uma infra-estrutura adequada de transportes e comunicações, constitui pressuposto indispensável para o processo de desenvolvimento regional. Conseqüentemente, se comprometem a enviar esforços com o propósito de estabelecer e aperfeiçoar as interconexões viáveis, de transportes fluviais, aéreos e de telecomunicações entre seus respectivos territórios amazônicos, assim como estabelecer condições fisicamente mais favoráveis para o trânsito de pessoas e mercadorias em âmbito regional."

(3) - Há dois anos o governo de Forbes Burnham, cedendo às pressões da oposição naquele país, acabou por estatizar os interesses do poderoso grupo Booker McConnell, que controlava mais de 50% da economia do país e atuava basicamente na exploração de recursos florestais e minerais. Já em 1971, o governo guianense havia estatizado as subsidiárias da Alcan (canadense) e da Reynolds Aluminium (norte-americana), que exploravam a bauxita.

(4) - Por exemplo, entre Peru e Equador existem velhos problemas territoriais, o mesmo ocorrendo entre Venezuela e Guiana.